



Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº39/2023

Período: 21/10/2023 - 27/10/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Parte do arsenal desaparecido do Exército foi recuperada
- 2- Projeto da Justiça Militar busca erradicar o assédio sexual nas Forças Armadas e promover a igualdade de gênero
- 3- Coluna opinativa criticou desigualdade de investimentos entre defesa nacional e segurança pública
- 4- Mauro Cid delatou à PF que ex-presidente Bolsonaro ordenou fraudes nos cartões de vacina
- 5- Governo Lula avalia enviar mais militares para apoiar a segurança do Rio de Janeiro
- 6 - Exército prestará esclarecimentos à PF sobre compra de softwares
- 7- Alto Comando do Exército manobrou para promover chefe de gabinete de comandante
- 8- Estado brasileiro reconheceu a perseguição política de Celso da Rocha Miranda durante a ditadura
- 9- Polícia Federal ampliou investigação da atuação de Braga Netto na segurança do Rio

### 1- Parte do arsenal desaparecido do Exército foi recuperada

Segundo editorial publicado pelo *Correio Braziliense* e uma reportagem publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Civil do Rio de Janeiro recuperou oito das 21 metralhadoras que haviam desaparecido do Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP), do Exército brasileiro, em Barueri. As armas foram encontradas a bordo de um veículo roubado no bairro Gardênia Azul, zona oeste do Rio de Janeiro. Conforme informações da *Folha*, o Exército alegou que as armas estavam destinadas ao descarte devido a defeitos "irreversíveis". Além disso, a mesma fonte revelou que essas armas foram negociadas com líderes da facção Comando Vermelho (CV) por meio de um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp. Um fornecedor postou um vídeo no grupo, exibindo as quatro metralhadoras desviadas do AGSP. Os traficantes do Rio de Janeiro, de acordo com relatos policiais, solicitaram uma análise das armas pessoalmente. Inicialmente, o armamento foi levado para o Complexo da Penha e posteriormente para a favela Nova Holanda, ambos na zona norte da cidade. Em seguida, as armadas foram transferidas para a favela da Rocinha, na zona sul, e finalmente para a Cidade de Deus, na zona oeste. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que outras nove metralhadoras foram localizadas em São Roque, no estado de São Paulo, onde estavam sendo negociadas para venda à

facção Primeiro Comando da Capital (PCC). O periódico detalhou que policiais civis do Departamento de Investigações Criminais (Deic) de São Paulo fizeram chegar à liderança do PCC a mensagem de que as armas teriam que ser devolvidas para evitar ações de asfixia das forças de segurança ao crime organizado. A reportagem citou que uma operação semelhante foi realizada pelo Exército no Rio de Janeiro, em 2006, para a recuperação de fuzis e pistolas roubados do Estabelecimento Central de Transportes do Exército. Na época, militares patrulharam e ocuparam morros, controlando vias de acesso, verificando documentação e revistando carros. Isso bloqueou o acesso dos consumidores de drogas aos fornecedores, cortando o faturamento do tráfico em 70%. Teria sido sob essa ameaça de nova asfixia que as metralhadoras desviadas do AGSP foram localizadas no Rio de Janeiro e em São Roque. Conforme reportagem da *Folha*, o coronel Mário Victor Vargas Júnior foi nomeado o novo diretor do AGSP. Ele assumiu o cargo deixado pelo tenente-coronel Rivelino Barata de Sousa Batista, exonerado em decorrência do furto das armas em Barueri. A Força havia identificado três militares suspeitos de participação no furto e as investigações avaliavam se esses indivíduos foram cooptados por facções criminosas para desviar o armamento. Segundo o general Maurício Gama, chefe do Comando Militar Sudeste (CMSE), citado pela *Folha de S. Paulo*, o número de envolvidos poderia ser ainda maior. Segundo a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, em 26/10/2023, o Exército passou a aplicar punições disciplinares a 17 militares, sendo um major e outros 15 oficiais, além de um sargento, por erros de procedimento na fiscalização e controle do armamento. Outros seis processos administrativos estão em andamento, incluindo o que analisa a conduta do tenente-coronel Batista na direção do AGSP. Além disso, o CMSE pediu à Justiça Militar a prisão de seis militares. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, as investigações apontaram que o furto das metralhadoras aconteceu entre os dias 5 e 8/09/2023, mas só foi percebido em 10/10/2023. Foram levadas 13 metralhadoras Browning calibre .50 e oito MAGs de calibre 7,62 mm. Até 26/10/2023 haviam sido recuperadas todas as MAGs e 9 das Browning, e o CMSE esperava recuperar as últimas quatro armas nos dias seguintes. O editorial publicado no *Correio Braziliense* observou que o desaparecimento das armas evidencia a disseminação da atuação do crime organizado por quase todas as instituições de segurança pública do país, inclusive as Forças Armadas. O editorial também mencionou casos anteriores, como o escandaloso contrabando de drogas para a Itália em um voo do avião presidencial da Força Aérea Brasileira (FAB) durante o governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Além disso, segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o desvio de armas do Exército brasileiro representa boa parte do arsenal do crime organizado no país. De acordo com o gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, Bolívia, Paraguai e Colômbia são outras origens dessas armas, que entram pela fronteira terrestre com o Brasil. Segundo dados do instituto, 67 armas foram desviadas entre 2009 e 2020. Os dados do Exército foram obtidos através da Lei de Acesso à Informação. De acordo com a reportagem, essas armas são utilizadas também para ações do “novo cangaço”, quando quadrilhas atacam cidades para roubar agências bancárias, e utilizam de armamento pesado para atrasar a ação da polícia. De acordo com o policial federal Roberto Uchôa, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “as características do armamento reforçam a suspeita de envolvimento de militares no furto”, demonstrando fragilidade do Exército em

controlar seu próprio armamento, segundo os especialistas ouvidos pela *Folha de S. Paulo*. (Correio Braziliense - Opinião - 21/10/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/10/23; Folha de S. Paulo - Política - 23/10/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/10/23; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 27/10/23)

## 2- Projeto da Justiça Militar busca erradicar o assédio sexual nas Forças Armadas e promover a igualdade de g nero

De acordo com reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, a Justiça Militar está empenhada em combater o assédio sexual nas Forças Armadas por meio de um projeto abrangente. Esse projeto busca realizar uma pesquisa para identificar casos de assédio contra mulheres militares e propõe a inclusão da disciplina "violência de g nero" no currículo de forma o das Forças Armadas. A reportagem destacou que essa iniciativa tem o apoio de ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e visa, acima de tudo, reduzir a incidência de abusos contra mulheres nas Forças Armadas, com foco especial na Força Aérea Brasileira (FAB), na qual mulheres contribuíram para a elabora o da proposta. O projeto tem como principal objetivo aprimorar a preven o, educa o e apoio às vítimas de violência de g nero, reconhecendo a necessidade de proporcionar uma prote o diferenciada às mulheres em um ambiente majoritariamente masculino. Ainda segundo a reportagem, as Forças Armadas têm enfrentado acusa es de assédio sexual, muitas das quais não são denunciadas devido ao receio de represálias e   desconfiança em rela o às investiga es internas. O projeto também ressalta a importância de capacitar profissionais de saúde para identificar crimes militares relacionados   violência de g nero e encaminhar as vítimas para receber apoio e orienta o jurídica. Dados do STM apontam um aumento nas denúncias de violência de g nero nas Forças Armadas, abrangendo situa es de constrangimento e desrespeito vivenciadas em batalhões por parte de colegas militares. A reportagem concluiu informando que o projeto busca efetuar uma transforma o cultural e educacional com o intuito de erradicar o assédio sexual e a violência de g nero nas Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Política - 21/10/23)

## 3- Coluna opinativa criticou a desigualdade de investimentos entre defesa nacional e segurança pública

Em uma coluna de opinião publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o pesquisador associado do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) Marcos Mendes abordou a discrepância entre os gastos defesa nacional e de segurança pública no Brasil, criticando a falta de prioridade dada   segurança pública, apesar dos desafios decorrentes do crime organizado. O autor ressaltou que as Forças Armadas desempenham um papel temporário na segurança pública, citando sua interven o no Rio de Janeiro em 2018 e as opera es de Garantia da Lei e da Ordem. No entanto, Mendes argumentou que isso não substitui a necessidade de abordagens específicas para os problemas de segurança. O texto também destacou o aumento dos custos associados aos militares, especialmente devido a benefícios previdenciários considerados generosos. Além disso, mencionou um plano de gastos em defesa, com ênfase na inten o de subsidiar a fabrica o de equipamentos militares, mas que não aborda a realoca o do contingente militar para áreas de fronteira. O pesquisador questionou a aloca o de recursos

em direção a militares e fabricantes de armas, em vez de políticas que abordem a expansão da violência no país. Também expressou a esperança de que, pelo menos, haja esforços para evitar que criminosos continuem roubando armas do Exército e para controlar efetivamente os atiradores registrados (CACs). (Folha de S. Paulo - Mercado - 21/10/23)

#### 4- Mauro Cid delatou à PF que o ex-presidente Bolsonaro ordenou fraudes nos cartões de vacina

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, revelou na delação premiada à Polícia Federal (PF) que o ex-presidente da República pediu que os comprovantes vacinais fossem falsificados antes de viagem aos Estados Unidos, ocorrida às vésperas da posse do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ainda segundo o jornal, Cid admitiu participação no esquema e apontou Bolsonaro como o mandante que ordenou que os cartões dele e da sua filha, Laura, de 13 anos, fossem fraudados. Segundo o tenente-coronel, os documentos fraudados foram impressos e entregues nas mãos de Bolsonaro para que ele usasse quando “achasse conveniente”. (*O Estado de S. Paulo - Política - 25/10/23*)

#### 5- Governo Lula avalia enviar mais militares para apoiar a segurança do Rio de Janeiro

Segundo a reportagem de *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estaria cogitando utilizar as Forças Armadas como apoio auxiliar à segurança pública do estado do Rio de Janeiro, mas sem tirar o comando do governo estadual. O tema surgiu após a maior ação das milícias contra o transporte público, em que mais de 30 ônibus foram queimados no dia 23/10/2023, e depois do envio de 300 agentes da Força Nacional e 270 policiais rodoviários federais para reforçar a segurança no Rio. Como resposta, o governo federal estuda enviar mais integrantes das Forças Armadas para o governo do estado. O presidente ressaltou que avalia “como pode utilizar as Forças Armadas participando como força auxiliar, sem passar a ideia para a sociedade de que Forças Armadas foram feitas para combater o crime organizado. Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde informou que o que está em estudo é o uso do Exército para atuação nas fronteiras nos estados do Paraná e de Mato Grosso, da Marinha nos portos e da Aeronáutica nos aeroportos, para asfixiar financeiramente as facções criminosas e as milícias. O governo busca manter-se distante das responsabilidades e ônus políticos do governo do estado Rio de Janeiro, além de cuidar da própria imagem e a das Forças Armadas. O entendimento do governo federal, segundo a jornalista, é que não se devem repetir modelos ineficazes, citando as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que atuaram 18 meses nos complexos do Alemão e da Penha e 14 meses no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, nos primeiros governos dos presidentes Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), além da intervenção federal de 10 meses de 2018, no governo de Michel Temer (2016-2018). (*O Estado de S. Paulo - Metrópole - 25/10/23; O Estado de S. Paulo - Política - 27/10/23*)

#### 6- Exército prestará esclarecimentos à PF sobre compra de softwares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército brasileiro inicialmente se negou a explicar, mas depois afirmou que prestará esclarecimentos exclusivamente à Polícia Federal (PF) sobre a compra de softwares de inteligência com o dinheiro do Gabinete da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (GIF), sob a gestão do general Walter Braga Netto, em 2018, e para qual finalidade essas ferramentas seriam utilizadas. Uma delas é o First Mile, que segundo a Operação Última Milha, da PF, foi utilizado ilegalmente pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitorar servidores públicos, políticos, jornalistas, advogados e juízes. A *Folha* questionou o Exército duas vezes e não obteve resposta em ambas. O próprio GIF, contudo, confirmou ao periódico que a compra foi realizada. De acordo com o jornal, o centro da investigação é a atuação das empresas de militares na intermediação de contratações do Gabinete. Segundo a reportagem, o general da reserva Paulo Roberto Correa Assis vendeu sua influência sobre o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, o então vice-presidente, general Hamilton Mourão, e o ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, para a contratação de coletes balísticos que custavam R\$ 40 milhões. Outro militar, o coronel do Exército Robson Queiroz, que durante dois anos foi subordinado a Braga Netto, recebeu R\$ 25 mil de uma empresa investigada sob suspeita de corrupção nesses mesmos contratos assinados pelo GIF. Em nota, Braga Netto afirmou que os investigados, mesmo sendo subordinados a ele, se encontravam de maneira esporádica e que o general não teve decisão final a respeito dos contratos investigados. Ainda segundo a reportagem, Caio Cesar dos Santos Cruz, filho do general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, também ex-ministro de Bolsonaro, é um dos representantes da Cognyte, empresa que adquiriu o First Mile. O Gabinete pagou quase R\$ 40 milhões à Cognyte pelo uso do sistema, mas de acordo com relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o contrato, ele ficou sob a administração do Exército, o que pode ser considerado como “desvio de finalidade”. A investigação da PF apura se houve uso ilegal do software pelo Exército. O general Assis e o coronel Queiroz não responderam os questionamentos da reportagem. (*Folha de S. Paulo - Política - 23/10/23*; *Folha de S. Paulo - Política - 27/10/23*)

#### 7- Alto Comando do Exército manobrou para promover chefe de gabinete de comandante

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Alto Comando do Exército promoveu dois generais, em vez de um, como era previsto pelo regulamento, para evitar um impasse para a próxima promoção, em março. A manobra teve o objetivo de promover Francisco Humberto Montenegro, que era chefe de gabinete do comandante do Exército desde 2019, a general de quatro estrelas. Montenegro ocupava o último lugar pelos critérios de antiguidade entre seus pares e, pelas regras do Exército, sua promoção solo exigiria que todos os demais generais de sua turma na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) fossem enviados para a reserva. Com isso, não haveria concorrentes para a próxima promoção. Para evitar o impasse, o Alto Comando promoveu também o general Maurílio Miranda Netto Ribeiro. Eles ocuparão os postos mais altos do Exército, nos lugares dos generais Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, atual chefe do

Comando de Operações Terrestres, e Fernando José Sant'ana Soares e Silva, atual chefe do Estado-Maior do Exército, que deixará o cargo somente em março. (Folha de S. Paulo – Política – 27/10/23)

#### 8- Estado brasileiro reconheceu a perseguição política de Celso da Rocha Miranda durante a ditadura

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em votação, consolidou a condição de perseguido político para Celso da Rocha Miranda, proprietário da empresa aérea Panair. Criada em 10 de fevereiro de 1965, a empresa aérea apresentava-se como a maior do país. Entretanto, o regime instaurado durante a Ditadura Militar (1964-1985) suspendeu suas linhas e posteriormente as transferiu para a Varig. Os descendentes das famílias Rocha Miranda e Simonsen, que possuíam o controle da empresa, lutaram na justiça para provar a perseguição política sofrida pelos desenvolvedores da Panair do Brasil, Celso da Rocha Miranda e Mário Wallace Simonsen. Devido à proximidade com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se tornou procurado pelos militares após o golpe de 1964, os proprietários da empresa provocaram a esfera política e militar. Com isto, os militares desapropriaram três aeroportos e uma companhia de manutenção de turbinas de aviões, todos pertencentes à Panair. O processo de anistia foi concluído em 2014 por Rodolfo da Rocha Miranda, filho de Celso, porém havia sido negado pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania possui ainda quatro mil processos de anistia negados pelo governo que deseja revisar. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/10/23)

#### 9- Polícia Federal ampliou investigação da atuação de Braga Netto na segurança do Rio

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) desenvolveu novas medidas de apuração no Gabinete de Intervenção Federal do Rio de Janeiro (GIF) no intuito de ampliar os esforços na investigação dos contratos efetuados durante a gestão do general da reserva Walter Braga Netto. Os novos esforços ocorreram devido aos investigadores terem encontrado indícios de militares da reserva atuando como mediadores em contratos de alto valor. Segundo informações da PF, as irregularidades contratuais vão além da compra de coletes balísticos investigada pela Operação Perfídia. Os policiais encontraram indícios de irregularidades nos contratos para compra de blindados não utilizados pela intervenção. De acordo com o periódico, “Durante a intervenção, os militares compraram 16 blindados Lince K2 de uma empresa ligada ao Ministério da Defesa da Itália. Eles nunca foram utilizados pelas forças de segurança do Rio e acabaram enviados para o Exército após a compra.”. As investigações visam apurar se houve desvio no contrato dos blindados, uma vez que os veículos não deveriam ser destinados para as Forças Armadas. O Tribunal de Contas da União (TCU) desconsiderou irregularidades no caso dos blindados, alegando que os mesmos serviriam para o uso das Forças Armadas, apesar do dinheiro ser destinado para a polícia do estado do Rio. No caso dos coletes balísticos, a Polícia Federal investiga empresas vinculadas a militares da reserva na mediação dos contratos. O general Paulo Assis e o coronel do Exército Robson Queiroz encontram-se entre os investigados no caso de fraude

na compra dos coletes. Queiroz foi subordinado de Braga Netto e recebeu R\$ 25 mil da empresa investigada no caso de corrupção. O ex-ministro reiterou que os contratos ocorreram de forma legal. (Folha de S. Paulo – Política – 26/10/23)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Vinícius de Albuquerque Damasceno  
Vinícius Menezes Aguiar